



ESPIRITO SANTO: Sindseg-GV/ES e Sindvigilantes se reúnem com o IEMA e apontam as empresas com irregularidades



O Nesta terça-feira (07), o presidente do Sindseg-GV/ES, Serafim Gerson Camilo, e o presidente do Sindvigilantes, Edimar de Oliveira Campos, estiveram com o pregoeiro do Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (IEMA), Danilo Rocha, para tratar sobre as irregularidades das empresas de segurança contratadas pelo governo estadual. O principal assunto em pauta foi a empresa Cruzeiro do Sul Segurança e Vigilância LTDA-ME, que participou do pregão eletrônico 010/18 do IEMA e consagrou-se vencedora.

Segundo o presidente Serafim Gerson Camilo do Sindseg-GV, na reunião foi relatado os problemas com a empresa Cruzeiro do Sul junto à Secretaria de Estado de Gestão e Recursos

Humanos (SEGER) e a Câmara de Vereadores de Aracruz. “A prática das empresas é oferecer o menor preço ao governo para ganhar o contrato. Porém, no final, sobra para o trabalhador pagar a conta. Estamos atentos para que as empresas aventureiras, sem compromisso com os direitos dos trabalhadores (as), não venham novamente prejudicar os profissionais vigilantes”, explica Serafim.




A empresa não cumpre com a legislação e com os pagamentos de direitos contidos na Convenção Coletiva de Trabalho – CCT.

Fonte: Sindseg-GV/ES

CONVOCATÓRIA

O SINDIVIGILANTES-ES CONVOCA OS TRABALHADORES(as) EM VIGILÂNCIA PARA O ATO DE PROTESTO CONTRA O CONVÊNIO DA UFES E O GOVERNO DO ESTADO QUE SUBSTITUI VIGILANTES POR PMs APOSENTADOS

DIA: 27de AGOSTO de 2018
HORÁRIO: 09:00 hs
LOCAL: EM FRENTE A UFES



SERGIPE: Bandidos atiram na cabeça de cliente em assalto ao banco Bradesco em Itabaianinha e fogem com reféns



O portal Imprensa1, tem imagens da transferência do senhor , João Elias de Souza .

Empresas No início da tarde desta terça-feira, dia 07 de agosto de 2018, por volta das 13h, cerca de quatro bandidos fortemente armados invadiram a agência bancária do Banco Bradesco, localizada rua Benjamim Constant, no centro comercial do município sergipano de Itabaianinha, e anunciaram um assalto. No momento da ação um cliente foi baleado na cabeça e os bandidos além de levarem malotes de dinheiro e pertences de várias pessoas, conseguiram fugir em veículo Siena de cor clara com duas pessoas de reféns.

De acordo com uma fonte do Portal Imprensa1, a pessoa baleada na cabeça de prenome Elias, estava na agência em busca de atendimento quando foi abordado pelos os assaltantes assim como as demais pessoas. Só, que ao realizar um movimento estranho teria confundido teria despertado em dos marginais a suspeita de que ele, o cliente “Elias”, era um possível policial. Foi quando teria recebido o tiro.

Os assaltantes, metros depois liberaram um dos reféns (uma senhora) e continuaram a fuga com a outra pessoa sob a mira de armas de fogo. Refém que não teve o seu nome revelado. Enquanto o rapaz baleado foi levado para o hospital da cidade, e por volta das 16h, foi transferido as pressas para o Hospital de Urgência de Sergipe (HUSE) em Aracaju, devido a gravidade do caso.

Policiais Civis do COPE e a Polícia Militar de Sergipe (PM/SE), realizaram várias buscas, mas até o momento ninguém foi preso.

Fonte: Portal Imprensa1

Temer legaliza o bico e trabalhador passa a receber menos que um salário mínimo

Há casos em que os trabalhadores são demitidos e recontratados de forma precária, sem direitos, ganhando cerca de R\$ 320 por mês e trabalhando mais. Sem renda, a contribuição para Previdência se torna inviável



Com a legalização de formas fraudulentas de contrato de trabalho, trabalhadores e trabalhadoras chegam ao final do mês sem conseguir ganhar sequer um salário mínimo para sustentar a família e ainda correm o risco de ter o direito à aposentadoria ameaçado no final da vida, mesmo após anos de trabalho, pois não terão recursos para contribuir mensalmente.

O contrato intermitente, em que o trabalhador recebe por hora trabalhada, e o contrato por tempo parcial, com jornadas de 26 a 32 horas, estão precarizando as condições de trabalho e derrubando a renda das famílias.

Entre novembro de 2017 e junho de 2018, período em que passou a valer a reforma trabalhista do ilegítimo e golpista Michel Temer (MDB-SP), foram gerados 35.408 novos postos de trabalho precários, sem direitos nem garantias, sendo 22.901 contratos intermitentes e 12.507 parciais.

Os patrões que defenderam a reforma porque as mudanças iriam “modernizar” a CLT estão aproveitando para lucrar com a exploração da mão de obra barata.

Há casos de trabalhadores que chegaram a receber apenas R\$ 320,00 ao final de um mês inteiro de trabalho, o equivalente a um terço do salário mínimo (R\$ 954), conta Paloma Santos, presidenta do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Asseio e Conservação de Cubatão, Praia Grande, São Vicente, Santos, Guarujá e Bertioga (Sindilimpeza).

Ela tem recebido com frequência no sindicato relatos de trabalhadores e trabalhadoras que foram demitidos e recontratados de forma precária, ganhando menos e trabalhando mais.

“Aumentou em 70% na nossa base de representação a procura por pessoas para trabalhar por hora, com contratos precários e em horários que inviabilizam o trabalhador de ter vínculo em qualquer outro emprego”, denuncia Paloma.

Segundo a dirigente, os empresários do setor têm demitido trabalhadores que trabalhavam 8 horas por dia e recontratado de forma parcial para fazer o mesmo serviço em um período de apenas 4 horas, geralmente das 11h às 15h.

“Além da sobrecarga de trabalho e do rebaixamento de direitos, esse horário é estratégico para o patrão, pois prende o trabalhador e assim ele não consegue ter tempo disponível para trabalhar em outro lugar”, critica

Paloma.

Para conseguir ganhar um salário mínimo no final do mês, relata a presidenta do Sindilimpeza, o trabalhador precisa negociar com o patrão para conseguir assinar dois contratos. “E geralmente eles duram de 3 a 4 meses e depois o trabalhador fica sem emprego.”

“Desse jeito não dá para o trabalhador suportar, como ele vai sobreviver?”- Paloma Santos, presidenta do Sindilimpeza

Para a secretária de Relações do Trabalho da CUT, Graça Costa, o trabalho intermitente é cruel e desumano. “O trabalhador não sabe onde e quando vai trabalhar nem quanto vai ganhar no final do mês. Como é possível uma família suportar a incerteza de não saber se vai ter trabalho e salário suficientes para pagar um aluguel e comprar comida?”, questiona.

É por isso que vamos parar no dia 10. Vamos dizer um basta a essa situação que está conduzindo o povo trabalhador para o abismo- Graça Costa, secretária de Relações do Trabalho da CUT

Para dar um basta aos desmandos provocados pelo ilegítimo governo de Temer, a CUT e demais centrais promovem nesta sexta-feira (10) o “Dia do Basta”, com paralisações no local de trabalho, atrasos de turnos e atos públicos por todo País.

A legalização do bico

Entre novembro de 2017 e junho de 2018, foram admitidos 28.469 trabalhadores com contrato intermitente e demitidos 5.568 (saldo de 22.901). Já o número de trabalhadores admitidos com contrato parcial de trabalho no mesmo período foi de 37.020 contra 24.513 desligamentos - um saldo de 12.507.

Os dados são do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados do Ministério do Trabalho (Caged), que antigamente só divulgava vagas formais de trabalho, com direitos trabalhistas garantidos, como 13º salário, FGTS e férias remuneradas, e agora passou a divulgar também os “bicos” legalizados pela reforma de

Temer.

Os setores do comércio e serviços são os que têm liderado o uso das novas modalidades precárias de contratação de trabalhadores, correspondendo a 75% do total de contratos.

A presidenta do Sindilimpeza, Paloma Santos, que representa justamente os trabalhadores e as trabalhadoras do setor de serviços, conta que a negociação coletiva deste ano foi praticamente a imposição da reforma trabalhista, o que reflete nos dados apresentados pelo Caged.

“A reforma era o que esses empresários estavam esperando para colocar em prática as propostas precárias de trabalho. Praticamente 60% da negociação este ano foi em torno da nova legislação”, lamenta a dirigente.

Sem contribuição à Previdência e sem acesso ao seguro-desemprego

Os trabalhadores e as trabalhadoras que ganham por hora trabalhada, sem direitos e com a renda reduzida, vivem ainda outro drama devido às formas precárias de contratação: não conseguem contribuir com a Previdência.

Um trabalhador só pode pagar a Previdência se conseguir totalizar, no mês, a contribuição equivalente a um salário mínimo, que hoje é R\$ 954. Trabalhando 4 horas por dia e ganhando de um terço a metade desse valor - cerca de R\$ 320 a R\$ 640 - será impossível a esse trabalhador pagar a contribuição mensal.

No caso de uma pessoa que assinou um contrato intermitente, mas não foi chamada para trabalhar e não recebeu salário, a situação se torna ainda mais grave, pois ao final do mês não terá renda sequer para sustentar a família.

Os trabalhadores contratados por hora também são penalizados por não terem acesso ao seguro-desemprego. A legislação proposta por Temer diz que, na suposição de o trabalhador ter outro contrato de emprego, ele fica sem acesso a esse direito.

Fonte: CUT

Justiça proíbe Carrefour de controlar ida de funcionários ao banheiro



Loja da rede Carrefour (Foto: Juliana Cardilli/G1)

RBA – A Justiça do Trabalho de São Paulo concedeu liminar pedida pelo Sindicato dos Comerciantes de Osasco e Região contra o Carrefour, que estaria controlando a ida dos empregados ao banheiro. A decisão é provisória. A empresa informou que irá recorrer. Em decisão de 27 de julho, a juíza Ivana Meller Santana, da 5ª Vara do Trabalho de Osasco, identificou condições consideradas degradantes para os empregados.

De acordo com o Sindicato dos Comerciantes, nas sedes de sete cidades (Barueri, Carapicuíba, Embu, Itapevi, Jandira, Osasco e Taboão da

Serra), operadores de atendimento e de telemarketing são obrigados a utilizar “filas eletrônicas” para o uso do banheiro. Além disso, devem manifestar necessidade do uso, registrando o nome no sistema eletrônico de fila e avisar ao supervisor em caso de urgência.

“Este tempo de espera pode acarretar prejuízos à saúde do trabalhador. Isto sem relatar o constrangimento de precisar explicar ao monitor/supervisor as suas necessidades fisiológicas, eventuais problemas intestinais ou estomacais, os relativos ao ciclo feminino”, disse a juíza na decisão. “Além do risco de um constrangimento maior, caso não chegue a vez do empregado, na fila, e ele não consiga se explicar ao supervisor a tempo.”

Em nota, a empresa afirmou “que oferece aos colaboradores condições de trabalho superiores às previstas na legislação e no acordo coletivo firmado com o Sindicato dos Comerciantes de Osasco e Região”. O Carrefour informou ainda que irá recorrer da decisão, “reforçando o respeito com seus colaboradores e o compromisso com o cumprimento integral da legislação”.

Fonte: Rede Brasil Atual (RBA)

Brigada petroleira de volta ao Senado para barrar entrega da Cessão Onerosa

A FUP e seus sindicatos estão novamente em Brasília para mais uma força tarefa no Congresso Nacional, na tentativa de impedir que seja aprovado no Senado o regime de urgência para o Projeto de Lei Complementar 078/2018, que autoriza a Petrobrás a abrir mão de 70% dos cinco bilhões de barris de petróleo da Cessão Onerosa do Pré-Sal. O texto, de autoria do deputado federal José Carlos Aleluia (DEM-BA), foi aprovado a toque de caixa pela Câmara dos Deputados Federais, no dia 20 de junho, sem qualquer debate nas comissões.

Na ocasião, os petroleiros realizaram uma brigada em Brasília e conseguiram retirar do texto os benefícios que os deputados pretendiam dar as multinacionais, que queriam ter acesso direto aos excedentes da Cessão Onerosa. A pressão impediu que esse excedentes, cujas reservas podem chegar a 15 bilhões de barris de petróleo, fossem entregues como concessão ou através de venda direta, como queria o governo. Se os excedentes da Cessão Onerosa forem leiloados terá que ser como determina o Regime de Partilha.

A luta agora é para que o projeto não seja levado a votação este ano no Senado. Para isso, a FUP e seus sindicatos estão desde a manhã desta terça-feira (07), percorrendo os gabinetes dos senadores, alertando para os prejuízos que o PLC 78/18 representa para a Petrobrás e os estados brasileiros. O objetivo é arrancar um compromisso dos senadores de que envolvam a sociedade neste debate e que o projeto percorra todo trâmite regimentar, passando pelas devidas comissões para que seja avaliado e amplamente discutido.

A força tarefa da FUP está sendo feita em conjunto com os eletricitários, que lutam para que o projeto que facilita a venda de distribuidoras da Eletrobrás, o PLC 77/2018, que também está sofrendo pressão do governo Temer e das multinacionais para ser colocado em regime de urgência. A brigada petroleira e os eletricitários também contam com o reforço dos

trabalhadores que integram o Fórum Nacional pela Redução da Desigualdade Social, que reúne mais de 30 entidades, entre elas a Conferência Nacional dos Bispos Brasileiros (CNBB), com quem a FUP vem articulando lutas conjuntas em defesa da soberania nacional.

O diretor da FUP, Deyvid Bacelar, ressaltou que vários senadores se sensibilizaram para a importância do tema e reconheceram os prejuízos que a União, os estados e os municípios terão se os PLCs 78 e 77 forem aprovados. “Os líderes dos partidos com os quais conversamos e convencemos vão pressionar o Eunício de Oliveira (presidente do Senado) para ele não coloque o regime de urgência desses projetos em votação no plenário até o final do ano”, explicou. Os petroleiros aguardam o posicionamento dos parlamentares e seguirão organizados, na luta em defesa da soberania nacional.

Fonte: FUP



Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF